

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*
 BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*
 MAURO GUIMARÃES — *Diretor*
 FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*
 MARCOS SÁ CORRÉA — *Editor*
 FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Problema de Fundo

O governador Moreira Franco acertou o centro do alvo: as divergências políticas exprimem, antes de tudo, a gravidade da questão econômica neste momento brasileiro. É só a partir de uma solução de emergência para as dificuldades econômicas e financeiras que se produzirá a transparência política.

A estabilidade política pressupõe, nesta altura dos índices de inflação e proximidade da recessão, um plano econômico que tenha como capital a confiança da sociedade. O governador do Estado do Rio faz publicamente o seu lance em favor de um prazo de 45 dias para que o ministro da Fazenda possa ultimar um plano e o governo submeta-o a ampla discussão política. Aí, sim, todos os partidos e entidades de classe poderão manifestar, com liberdade e franqueza, divergência ou apoio.

Sem a trégua proposta, não conseguirá o governo Sarney escalar as necessidades de acordo com as possibilidades de enfrentá-las e de conseguir êxito. E sem resultados a curto prazo não haverá a confiança que retire dos hábitos de consumo as compras antecipadas, ou os expedientes que provoquem no mercado, mediante a escassez, artificial, os aumentos de preços. E muito menos qualquer disposição para novos investimentos.

A trégua de 45 dias é indicativa do sentido de emergência reclamado pela tensão social de fundo inflacionário. Um plano econômico justifica ampla discussão, e a divergência fará sentido político a partir das linhas de tratamento para a inflação e a recessão, que já se apresentam juntas. A nação se sente obrigada a lutar em duas frentes. É da natureza do regime democrático que queremos construir a divergência acima de qualquer suspeita. Divergir em relação às medidas recomendadas pela

teoria e acondicionadas pela política é uma prática saudável. Discutir, sem propósito, sobre o encurtamento do mandato presidencial, ou sobre a permanência do mandato longo ("ficar por ficar", na expressão de Moreira Franco), é aceitar o descompasso de uma crise institucional que o Brasil praticou sem qualquer vantagem no passado.

Dar expressão política à divergência econômica é reconhecer que chegou a hora da verdade. Quer o Brasil liberdade política e econômica? São inseparáveis. Preferem os brasileiros viver sob as leis da economia de mercado e fortalecer suas conquistas políticas, ou ainda mantêm a ilusão de que seja possível conciliar paternalismo econômico, estatização, liberdade de organização e pluralidade política? Dessa contradição que conta meio século de equívocos se originou a crise institucional, porque são inconciliáveis a liberdade e a tutela do estado. A contradição tornou-se impraticável.

Não é apenas através da Constituinte que o Brasil fará as opções que vem adiando desde a solução autoritária que implantou o Estado Novo em 1937. É no dia-a-dia, na mudança de hábitos, na convicção que alargue a mentalidade condicionada para esperar tudo do Estado. O governo Sarney esgotou vários créditos pedidos à sociedade, mas não correspondeu em quota de sacrifícios por parte do Estado. A trégua para elaboração do seu programa, no entanto, faz parte do jogo: a proposta de uma taxa de crescimento, do controle do déficit público e do aumento das reservas cambiais do Brasil, uma vez apresentada pelo governo, deve ser amplamente discutida. Aí, sim, a divergência política estará no seu leito natural, porque dará a exata noção do que os cidadãos, pelo seu lado, querem e de quanto estão dispostos a fazer, como contribuição da vontade social.